



Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Turismo <supelcoedu@gmail.com>

Impugnação ao PE 90205/2025 - PA. 0029.013481/2024-81

2 mensagens

Star Comércio <contato@starcomercio.com>
Para: supelcoedu@gmail.com

8 de setembro de 2025 às 21:38

Prezados,

Com nossos melhores cumprimentos, vimos por meio deste, protocolar impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 90205/2025, Processo Administrativo 0029.013481/2024-81, nos termos do ofício em anexo.

Agradecemos e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente.

--

Por favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

**STAR COMÉRCIO LTDA**

CNPJ: 05.252.941/0001-36

(69) 3015-0057

Rua Alto Madeira, 4748 - Industrial
Porto Velho/RO - 76821-082

Impugnação ao Edital do PE 90205-2025 - SEDUC-RO..pdf
622K

Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Turismo <supelcoedu@gmail.com>
Para: Star Comércio <contato@starcomercio.com>

10 de setembro de 2025 às 07:46

Prezado, bom dia!

A SUPEL-COEDU declara que seu pedido de impugnação foi recebido.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Róger Cardoso

Pregoeiro SUPEL-COEDU

Superintendência Estadual de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

À PREGOEIRA OFICIANTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÃO – SUPEL/RO
UASG: 925373.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.021104/2024-15.

A **STAR COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 05.252.941/0001-36, sediada na Rua Alto madeira, Nº 4748, Bairro Industrial, Porto Velho-RO, vem, com a devida vênua, com fulcro no edital do referido Pregão, e Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Estadual Nº 21.675/17, Decreto Estadual Nº 28.874/25, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025**, em face das disposições restritivas constantes do Instrumento Convocatório, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidas:

1. DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE

A fim de preenchimento dos requisitos de admissibilidade da presente impugnação, comprova-se a tempestividade, dado que a abertura da sessão pública eletrônica resta prevista para 11/09/2025, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de 03 (três) dias úteis, conforme item 6. e subitem 6.1 do edital, bem como Art. 164 da Lei Federal 14.133/21. Vejamos:

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: supelcoedu@gmail.com.

(...)

2. DA SÍNTESE DOS FATOS

Antes de adentrar ao mérito **dos pontos de atenção** identificados por esta empresa no curso da análise do Edital, cumpre reconhecer a relevância da contratação em apreço —

STAR COMERCIO LTDA

ENDEREÇO: RUA ALTO MADEIRA, Nº 4748,
BAIRRO INDUSTRIAL, PORTO VELHO/RO
CONTATO: (69) 3015-0057
E-MAIL: contato@starcomercio.com

aquisição de materiais de expediente destinados à SEDUC/RO e demais Secretarias que manifestaram Intenção de Registro de Preços (IRP) — para a regularidade das atividades administrativas. Portanto, considerando que o objeto ora licitado é imprescindível às rotinas administrativas das Secretarias, sua adequada contratação é vital para evitar qualquer risco de desabastecimento.

Ocorre que o edital do Pregão Eletrônico em comento estabelece que, **PARA APENAS DOIS ITENS (113 E 168), HAVERÁ AMPLA PARTICIPAÇÃO, COM RESERVA DE ATÉ 25% ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)**. Todavia, para **TODOS OS DEMAIS ITENS, A PARTICIPAÇÃO FOI LIMITADA EXCLUSIVAMENTE ÀS ME/EPP**. Essa restrição é altamente temerária à plena consecução do objetivo da licitação, pois impede empresas de GRANDE PORTE, que possuem plena capacidade técnica, econômica e operacional para fornecer os itens licitados de participarem do certame. Tal previsão viola o princípio da ampla competitividade, comprometendo desproporcionalmente os **princípios da Isonomia**, e seleção da **proposta mais vantajosa**.

Neste contexto, é imperioso levar em consideração os ganhos da Administração Pública ao permitir a ampla competitividade prevista no art. 5º da Lei 14.133/2021, uma vez que **ampliar o universo de participantes qualificados** intensifica a disputa, **eleva a probabilidade de sucesso na contratação** e potencializa a **vantajosidade**, assegurando continuidade e regularidade do fornecimento dos itens licitados.

Portanto, com espírito de colaboração e respeito institucional, manifestamo-nos para trazer à baila este tema, identificado no curso da análise do Instrumento Convocatório e seus anexos, para que a douta Comissão de licitação possa proceder com a análise, reconsideração e retificação, no que couber, visando não comprometer o sucesso do objetivo da Licitação e fiel cumprimento aos princípios norteadores dos processos licitatórios, tais como legalidade, **COMPETITIVIDADE, ISONOMIA, ECONOMICIDADE e EFICIÊNCIA** na gestão de recursos públicos.

Superadas as razões que embasam esta manifestação, apresentamos, de modo claro e objetivo, análise dos limites legais aplicáveis, confiando no elevado zelo desta Comissão de Licitação pela observância dos princípios que regem as contratações públicas.

3. DO DIREITO

A Constituição Federal (Art. 37, XXI) e a Lei nº 14.133/2021 (art. 5º) asseguram que a **LICITAÇÃO DEVE PROPORCIONAR IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS INTERESSADOS**, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa mediante **AMPLA DISPUTA**. Ocorre que, ao excluir empresas não enquadradas como ME/EPP, o edital viola frontalmente esses princípios.

Art. 5º CF/88

*Art. 5º: **TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **IGUALDADE**, à segurança e à propriedade.*

No contexto estrito de licitações, estabelece o Art. 5º da Lei Federal 14.133/21:

Art. 5º da Lei 14.133/2021:

*Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios **DA LEGALIDADE**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, **DA EFICIÊNCIA**, **DO INTERESSE PÚBLICO**, da proibidade administrativa, **DA IGUALDADE**, **DO PLANEJAMENTO**, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, **DO JULGAMENTO OBJETIVO**, **DA SEGURANÇA JURÍDICA**, **DA RAZOABILIDADE**, **DA COMPETITIVIDADE**, **DA PROPORCIONALIDADE**, **DA CELERIDADE**, **DA ECONOMICIDADE** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#)*

A Lei Complementar nº 123/2006 institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, regulamentando benefícios às micro e pequenas empresas, como a possibilidade de exclusividade e de cotas reservadas - Arts. 47 e 48 – transcrito abaixo:

***Art. 47.** Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.*

***Parágrafo único.** No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.*

***Art. 48.** Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

III - DEVERÁ ESTABELECEER, EM CERTAMES PARA AQUISIÇÃO DE BENS DE NATUREZA DIVISÍVEL, COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO PARA A CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Depreende-se que o **Art. 48, I, da LC 123/2006**, determina que a Administração deve realizar processo licitatório exclusivo para ME/EPP nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00. Contudo, o mesmo texto legal (**Art. 48, III**) estabelece que, para **BENS DE NATUREZA DIVISÍVEL IMPÕE-SE A RESERVA DE COTA DE ATÉ 25%** do objeto às ME/EPP, mantendo-se o remanescente, por óbvio, em ampla concorrência.

Importante destacar que a referida Lei não determina que, **A QUALQUER CUSTO**, a Administração deve atribuir tal exclusividade, principalmente quando analisado o contexto da presente licitação, onde praticamente todo o objeto licitado terminou destinado exclusivamente à ME/EPP. Nesta senda, vejamos o que diz o art. 49, III, do mesmo dispositivo legal:

Art. 49. NÃO SE APLICA O DISPOSTO NOS ARTS. 47 E 48 DESTA LEI COMPLEMENTAR QUANDO:

I - ([Revogado](#));

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - O TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NÃO FOR VANTAJOSO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU REPRESENTAR PREJUÍZO AO CONJUNTO OU COMPLEXO DO OBJETO A SER CONTRATADO; (destaque nosso).

Depreende-se, portanto, não haver discricionariedade quanto à observância da determinação legal. Restando legal, razoável, coerente e necessário o **Ato Administrativo de retificação dos termos do edital e seus anexos**, com vistas a permitir a participação de empresas de grande porte, preservando, assim, não somente **a ampla competitividade**, mas **principalmente, o interesse público**, uma vez que a Administração deixará de se

submeter obrigatoriamente a preços exponencialmente superiores quando comparados aos que lhes seriam ofertados se permitido a ampla concorrência, ferindo claramente mais um princípio norteador dos procedimentos licitatórios: o princípio da economicidade.

Nesta esteira, importante trazermos o que versa o art. 11, Lei 14.133/2021:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. (destaque nosso)

No âmbito do Estado de Rondônia, reforça o Decreto Estadual nº 21.675/2017, que reproduz a obrigatoriedade de adotar a **COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA BENS DIVISÍVEIS** às ME/EPP; e pelo **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, que disciplina a aplicação da Lei 14.133/2021, **reforçando o planejamento e a modelagem competitiva coerente.**

Por todo o exposto, com a devida vênia, é prudente e necessário considerar que o **caso concreto revela uma aplicação massiva e desproporcional dessa regra, na qual apenas 2 (dois) de um universo de 169 (cento e sessenta e nove) itens restaram aberto para ampla participação** (com reserva de cota de 25% às ME/EPP), enquanto todos os demais foram destinados exclusivamente às ME/EPP. Tal desenho competitivo generalizado fere frontalmente o princípio da razoabilidade, competitividade, isonomia e vantajosidade para a Administração, quando analisado o conjunto do objeto licitado, especialmente em se tratando de Sistema de Registro de Preços de grande abrangência, tal como a pretensa licitação que

possui valor estimado de R\$ 2.804.326,95 (dois milhões oitocentos e quatro mil trezentos e vinte e seis reais e noventa e cinco centavos).

Registra-se que, as razões ora apresentadas não tem por objetivo a **supressão de benefícios legais conferidos às ME/EPP**. Ao contrário, busca-se conciliar o tratamento favorecido que lhes são legalmente concedidos com a **ampla competitividade e vantajosidade necessária**, de modo a **igualar as condições de disputa entre os licitantes, ampliar o número de propostas, mitigar riscos de desabastecimento e assegurar a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração**. Tal medida acarreta reflexos positivos para Administração sem comprometer os direitos aplicáveis às ME/EPP, uma vez que permanecerão íntegros e aplicáveis:

- O **direito de preferência** na fase de disputa, na forma do “empate ficto”, com procedimento próprio de oferta de lance/negociação previstos nos arts. 44 e 45 da LC 123/2006;
- A cota reservada de até 25% prevista para objetos de natureza **DIVISÍVEIS**, tais como os itens licitados (art. 48, III, da LC 123/2006).

Resta, portanto, inequívoco que o que pugnamos nesta peça é, tão somente, a **adequação da modelagem do presente certame para evitar restrição desnecessária da concorrência, sem afastar** as políticas de fomento previstas em lei para as ME/EPP — alcançando-se, por consequência, **maior número de propostas válidas e melhores resultados econômicos** para a Administração.

Neste aspecto, com espírito de colaboração e respeito institucional, manifestamo-nos para trazer, com a devida vênia, os pontos de atenção supra elencados, com objetivo de contribuir com a douta Comissão de licitação na análise, reconsideração e retificação do edital, no que couber, visando não comprometer o sucesso da Licitação e fiel cumprimento dos princípios norteadores dos processos licitatórios, tais como **LEGALIDADE, COMPETITIVIDADE, ISONOMIA, ECONOMICIDADE e EFICIÊNCIA** na gestão de recursos públicos.

Concluímos, esclarecendo que buscamos, ao apresentar nossas razões nesta peça impugnatória, contribuir de maneira objetiva com o bom andamento do presente certame e excluir qualquer entendimento equivocado ou subjetivo por parte dos licitantes, assegurando a lisura, a isonomia, a eficiência, a legalidade do processo licitatório e a plena consecução do objeto licitado.

Por fim, reiteramos nosso respeito por este estimado órgão e nos colocando à inteira disposição para fornecer, a qualquer tempo, o que se fizer necessário para subsidiar uma análise segura e diligente.

4. DO PEDIDO

Ante aos argumentos fáticos e de direito apresentados, requer-se:

- a) o acolhimento da presente impugnação, com a revisão da modelagem competitiva para afastar a exclusividade atualmente aplicada à quase totalidade dos itens licitados;
- b) **a conversão dos itens para AMPLA PARTICIPAÇÃO**, por se tratar de medida mais vantajosa e alinhada aos princípios da **isonomia, competitividade e vantajosidade**, mantendo-se **preservados integralmente** os benefícios das ME/EPP, notadamente o **direito de preferência** na fase de lances/negociação (arts. 44 e 45 da LC 123/2006);

Nesses termos, pede e espera acolhimento.

Porto Velho/RO, 08 de setembro de 2025.

STAR COMERCIO
LTDA:052529410
00136

Assinado de forma digital
por STAR COMERCIO
LTDA:05252941000136
Dados: 2025.09.08
21:31:59 -04'00'

STAR COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 05.252.941/0003-06